

22 NOV 1989

Eleições, pesquisas e informação

ESTADO DE SÃO PAULO

O Tribunal Superior Eleitoral deu por concluída sua tarefa neste penúltimo passo no caminho de volta a um Estado de Direito que, assim esperamos todos, consagre a democracia. Sob a condução do ministro Francisco Rezek, a Justiça Eleitoral prepara-se, agora, para presidir o segundo turno das eleições presidenciais. A Nação espera que para a apuração do turno decisivo a experiência tenha auxiliado os que têm a responsabilidade constitucional de proclamar o veredicto das urnas. Experiência tanto técnica quanto para vencer as onças que acabaram por atrasar o conhecimento do que sucedeu da votação de 15 de novembro. A experiência aprende-se e transmite-se — é isso que todos esperam venha a ocorrer no segundo turno, para que a Nação saiba logo, sem margem de dúvidas, o resultado do pleito de 17 de dezembro.

Os eleitores terão condições de conhecer ainda no dia 17 o resultado *provável* do pleito. Para isso, os institutos de pesquisa irão esmerar-se para fornecer até as 18 horas de 17 de dezembro as suas estimativas, feitas com base em pesquisas de "boca de urna". Serão estimativas probabilísticas, a ser reforçadas logo no dia seguinte, senão na noite mesma desse domingo, último a anteceder a véspera de Natal, pelos primeiros boletins noticiosos trans-

mitidos pelas rádios e televisões.

Assim como se espera que o TSE consiga superar problemas técnicos e não seja embarçado pela Natureza, confia-se em que o eleitorado não seja exposto a disputas sem sentido em torno de saber se uma emissora de televisão pode ou não divulgar os resultados que tem em mãos. O espetáculo a que se assistiu nos primeiros dias da apuração do pleito de 15 de novembro foi deprimente — quase aviltante na medida em que propositadamente se tentou dizer ao público que a *Rede Globo de Televisão* estava fraudando os resultados do pleito porque não *ponderava* os resultados recebidos. A confusão de conceitos sempre jogou importante papel na batalha da *desinformação*; jamais se poderia imaginar que a técnica fosse empregada com intuítos mercadológicos evidentes.

Quem teve oportunidade de acompanhar os trabalhos da *Rede Globo* — como aliás da *Rede Bandeirantes*, por igual — pôde observar que na noite de 15 sua Redação por duas vezes referiu-se ao fato de não divulgar os resultados que já tinha totalizados por não serem ainda representativos. Quando, computados três milhões de votos, divulgou o primeiro resultado parcial, fê-lo mostrando que os resultados do Rio Grande do Sul favoreciam enormemente o sr.

Leonel Brizola, e os do Rio de Janeiro, capital, igualmente. Em todos os boletins subsequentes, a *Globo* cuidou de mostrar os resultados parciais por Estados antes de fazer a totalização. Por isso, foi acusada e até houve quem buscasse impedir a empresa de transmitir os resultados numa evidente censura à liberdade de informar. Durante meses, senão anos, será necessário bater na tecla de que quem apura votos não pode ponderá-los — ou por acaso o TSE esperou ter mais resultados do Nordeste antes de divulgar os parciais que recebia do Sul?

A campanha de desinformação foi grande demais, levando a empresa, para evitar uma exploração que se estava transformando em caso político, a suspender as informações com prejuízo dos ouvintes. A atitude de calma e ponderação foi interpretada como "recuo"; e como "subversão" quando, no sábado, a mesma emissora decidiu transmitir os totais que tinha (cerca de 91% de votos apurados). Então foi que a campanha ganhou em amplitude, repetindo o velho dito: "Preso por ter cão, preso por não ter cão".

Na verdade, todos sabem que resultados eleitorais apurados são somados à medida que chegam. Apenas previsões são e devem ser ponderadas. Ponderar resultados é falsear os nú-

meros brutos — isso é o que não se quer ver.

De qualquer forma, o eleitorado brasileiro espera poder acompanhar, vindos do Sul ou do Nordeste, a computação dos votos de 17 de dezembro feita pelas emissoras de televisão, ou pelos jornais. Sempre foi assim e nunca ninguém se deu ao trabalho de acusar alguma empresa de procurar influenciar a Justiça Eleitoral. Se a teoria conspiratória que se desenvolveu fosse válida, não haveria pesquisas de "boca de urna". Elas também serão feitas em 17 de dezembro — e aliás cabe ver que foi o Ibope o instituto que mais corretamente informou, pois embora desse 30% de votos a Collor registrou um empate técnico em 17% entre Lula e Brizola, que acabaram separados por menos de um ponto de percentagem. Da perspectiva estatística, reconheça-se, o Gallup também registrou, na "boca de urna", um empate técnico. Houve um instituto de pesquisa, que forneceu a "municação" contra a *Globo*, que apresentou resultado que não foi confirmado pelas urnas, dando uma diferença de quatro pontos percentuais para Lula, que teria 18% dos votos. Como o TSE acusou a pequena diferença que de fato houve entre Lula e Brizola, segue-se que o empate técnico foi a previsão acertada, e não a vitória de um sobre o outro...